

# Ditadura Militar (1964-1985)

João Ricaldes

Os governos militares abortaram nossa democracia, praticaram tortura sistemática contra os opositores e implantaram um modelo econômico que gerou profunda concentração de renda, inflação explosiva e endividamento externo. Podemos identificar três fases diferentes: a fase da formação, na qual ainda havia algum espaço para manifestação de oposição, durante o governo dos generais Castelo Branco (1964/1967) e Costa e Silva (1967-1969); o auge da repressão, com o general Médici (1969-1974); e a fase do retorno lento à democracia, durante os governos dos generais Geisel (1974/1979) e Figueiredo (1979-1985)

## I – Primeira Fase (1964-1969)

A ditadura militar se inicia no golpe de 1964, executado pelas forças armadas, com o apoio dos EUA e das elites brasileiras, depondo o presidente Jango, eleito democraticamente.

As primeiras medidas da ditadura foram: o fim das eleições diretas para presidente e governadores; o fim dos partidos políticos existentes, substituindo-os por ARENA e MDB; a anulação da Constituição democrática de 1946.

Ao mesmo tempo inicia-se a imposição de um modelo econômico concentrador de renda que atrai o capital multinacional, proíbe reajustes salariais e cria empresas estatais para fornecer infra-estrutura às multinacionais.

A sociedade ainda tenta resistir a estas medidas. Surge a Frente Ampla, liderada por políticos rivais (Jango, JK e Lacerda), todos a favor de eleições diretas para Presidente.

No Congresso o MDB cria as CPIs sobre a Rede Globo e o capital externo (remessa de lucros).

Os operários vão à greve por salário e eleição direta, principalmente em Osasco e Contagem (1968).

Ainda em 1968, os estudantes organizam a gigantesca Passeata dos 100 mil (RJ) e o Congresso de Ibiúna (SP)

O medo dos militares diante de tanta mobilização leva ao “golpe no golpe”: através do Ato Institucional nº 5, a ditadura fecha o Congresso, cassa deputados, proíbe passeatas, reuniões e qualquer manifestação política.

## II – Segunda Fase (1969-1974)

No auge da repressão, os militares passam a controlar as informações pela censura, pela propaganda ufanista (“Brasil: ame-o ou deixe-o”); pelos noticiários da TV Globo e, ainda, pelas mudanças na formação estudantil (Educação Moral e Cívica).

A tortura ficou a cargo do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), ligados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), com 500 mil informantes. A função deste aparato de repressão era: vigiar todos os possíveis opositores, deter, interrogar, torturar opositores e eliminar as guerrilhas; colaborar com CIA-EUA e ditaduras de América do Sul (Pinochet, 1973), contra organizações sindicais, estudantis e de sem-terras.

Veja como o brasilianista Skidmore descreve a tortura no Brasil: “...Em resumo, o governo brasileiro estava, em meados de 1969, usando todos os meios (tortura de crianças na presença dos pais e o estupro de uma mulher por uma verdadeira quadrilha na frente do marido foram documentadas) para obter informações necessárias ao extermínio da ameaça da guerrilha...” (Thomas Skidmore; Brasil: de Castelo a Tancredo, 1988, pag 181)

Enquanto a tortura ocorria, sem que nada fosse publicado a respeito, a ditadura prosseguia em seu modelo econômico, alcançando o chamado “**milagre brasileiro**”, cujas características foram: crescimento recorde do PIB, de 12% a/a, com crescimento da produção industrial, da exportação e da presença do capital externo; aumento do emprego, mas com arrocho salarial; crescimento do endividamento externo e da inflação.

### Terceira Fase (1974-1984)

Os últimos dez anos da ditadura foram marcados pelo esgotamento do modelo econômico implantado e pela longa transição à democracia, sempre sob o controle dos militares da abertura, em conflito com os militares da “linha dura”.

A crise mundial do petróleo em 1973 teve forte impacto sobre a dívida externa, a inflação e a queda do PIB. Mesmo assim, os dois últimos presidentes gerais deram continuidade à política de “obras faraônicas” (Usinas de Itaipu, Sobradinho e Angra I, Ponte Rio-Niterói, etc)

No governo do general Ernesto Geisel o PIB ficou em + 5,4%, com crescimento da inflação e dívida externa. No governo do general João Batista Figueiredo o PIB atingiu a marca negativa de - 1,5%, a inflação chegou a 223% e dívida a US\$ 90 bilhões em 1984.

Para compensar o fracasso na economia e as críticas ao regime, além das pressões internacionais, o grupo dominante dos militares resolveu restabelecer a democracia, mas de forma “lenta, gradual e restrita”. A chamada “ala da abertura” teve o controle dos dois últimos mandatos militares.

No governo do general Geisel foram restabelecidas eleições diretas para Governador, a censura foi abolida e o AI-5 foi extinto. Porém houve um retrocesso na abertura, através de duas novas restrições: a Lei Falcão, que inibia o potencial crítico da propaganda eleitoral; e a criação da figura dos “Senadores Biônicos”, 1/3 do Senado escolhido diretamente pelos militares.

Mesmo assim a “linha dura” não estava contente e protagonizou mais dois casos cruéis da ditadura: o assassinato do jornalista da rede Cultura Wladimir Herzog (1975) e o assassinato do líder operário Manoel Fiel Filho, em 1976.

No governo do general Figueiredo houve continuidade da política de abertura controlada. Assim foi decretada a Lei da Anistia a todos que foram punidos pelo AI-5 e também aos suspeitos de cometer torturas. Além disso, foi abolido o bipartidarismo. A Arena foi extinta, dando origem ao PDS e PFL (hoje DEM). O MDB também foi extinto, dando origem ao PMDB, PDT e PTB. Surge ainda o PT e renascem os PCs. O PSDB surgiria de divisão interna do PMDB, no governo de Sarney.

O episódio mais importante do fim da ditadura não foi, porém uma iniciativa dos militares, mas sim a iniciativa conjunta do povo e dos setores políticos de oposição, que organizaram o chamado Movimento Diretas-Já. Foi um movimento popular e parlamentar de crítica à ditadura militar e defesa de eleição direta para presidente já em 1984. Teve como instrumento legal a proposta de Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB).

A intensa mobilização popular organizou comícios nas capitais, a favor da emenda das Diretas, culminando nas mega-manifestações de São Paulo e Rio de Janeiro, com até 1 milhão de pessoas nas passeatas. No entanto, a emenda Dante foi derrotada por apenas 22 votos, em 25 de abril de 1984.

Mas a consequência política foi grande, pois a embora a gigantesca mobilização tenha sido derrotada pelos militares, com apoio do PDS, o Movimento “Diretas Já” repercutiu na eleição indireta para presidente, em 1984, que dá vitória a Tancredo e não a Maluf, o candidato dos militares; a eleição direta fica para 1989.

Formalmente a ditadura acaba quando o Colégio Eleitoral elege Tancredo e Sarney, em 1984. A última eleição direta havia ocorrido em 1960. Quando os militares assumiram o poder em 1964, o presidente passou a ser escolhido indiretamente.